

COVID-19 e população LGBTQI+: Os impactos da necropolítica aos corpos dissidentes

Márcio Alessandro Neman do Nascimento¹
Marco José de Oliveira Duarte²

Resumo: O objetivo deste artigo é problematizar os impactos e atravessamentos da pandemia do novo coronavírus nas vivências e experiências de pessoas LGBTQI+, a partir da referência dos conceitos de vida precária, necropolítica e interseccionalidade cunhados por autores(as) decoloniais.

Palavras-chave: Pandemia, LGBTQI+, necropolítica, interseccionalidade

¹ Psicólogo. Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Mestre e Doutor em Psicologia e Sociedade: Subjetividade e Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Campus Assis-SP. Coordenador do Laboratório Esquizoanalítico de Produção de Subjetividades e(m) Interseccionalidades (LEPSI). Pesquisador no grupo de pesquisa Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais (NAPLUS). E-mail: marcioneman@gmail.com.

² Assistente Social, psicólogo e sanitário. Mestre e Doutor em Serviço Social e Pós-Doutor em Políticas Sociais. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do CNPq. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde (GEDIS/CNPq) e do Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBTQI+ da UFJF. E-mail: marco.duarte@ufjf.br

Alguém, em algum momento, relatou a você sentir medo de andar pelas ruas ou simplesmente de se expor em público? Se sim, você se lembra quais foram os momentos e as situações que despertaram esses sentimentos na pessoa? Possivelmente a resposta para essas perguntas tem a ver acordo com os trânsitos e contextos em que você habita/habitou e quais (in)visibilidades e (in)dizibilidades vê e escuta.

De modo particular, os autores deste capítulo poderiam dizer que tais relatos foram registrados em seus corpos desde a infância, em conversas com amigos(as), com o cair das *visseiras* capitalísticas e a conexão com o que afeta e deixa visível as precariedades e violências que muitos(as) brasileiros(as) estão sujeitos(as). Também poderiam dizer sobre estudos de outras pandemias que antecederam a da COVID-19, que indicam que o pânico pandêmico acelera e visibiliza as desigualdades e as práticas sociais violentas em que populações minoritárias sempre estiveram inseridas.

Quando dizemos “Me sinto preso em casa, vou ficar louco(a) com esse isolamento social”, esquecemos das populações em situações calamitosas de privação de liberdade em alas superlotadas em que o autocuidado independe delas mesmas. Por outro lado, quando dizemos “É importante ficar em casa. Fique em casa!”, nos esquecemos das populações de rua, que há muito tempo não possuem moradia. Ou, ainda, quando dizemos sobre o medo de andar em lugares públicos e sermos infectados pelo Sars-CoV-2, esquecemos que existem pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, não binários, intersexos e mais (LGBTQI+)³, negras, quilombolas, mulheres, indígenas que anteriormente às demandas de cuidado da atual pandemia já apresentavam ansiedades quando estavam nas ruas, próximas a estranhos, habitando territórios em que a lei “cisma” em falhar.

³ O documento oficial de 2008 da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) utiliza a nomenclatura LGBT, no entanto, incluímos no conjunto das letras o “Q” (Queer) e o “I” (Intersexos), pelo registro político e teórico que adentraram os embates das especificidades de dissidências sexuais e de gêneros na contemporaneidade.

Assim, no que tange aos objetivos e justificativa deste capítulo, buscamos circunscrever os efetivos do analisador “pandemia de COVID-19” na população de LGBTQI+ na contemporaneidade. Para tanto, nos alçamos em caixas de ferramentas conceituais de necropolítica, vidas precárias e interseccionalidades de sexualidades, gêneros, raças e classes para pensar possíveis denúncias e enfrentamentos do cisheterossexismo, do racismo, da LGBTQI+fobia e das lógicas necrocapitalísticas, conservadoras e ultraliberais que etiquetam valores para quais vidas importam e quais são plausíveis de marginalização e/ou aniquilamento.

Assim, nos indagamos: É possível mensurar os impactos das vulnerabilidades e precariedades dos(as) sujeitos(as) que já sofriam, cotidianamente, as ações das discriminações, preconceitos e mortes? Longe de dar respostas fechadas para questões de proveniências sócio-históricas, buscamos trazer apontamentos e problematizações para a luta, a resistência e a potência de vida para enfrentarmos a ascensão das políticas antidemocráticas e de destruição da coletividade e pluralidade humanas.

Como se já não tivéssemos problemas suficientes: a emergência do novo coronavírus

Após mais de um ano de convívio com a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), que causa a COVID-19⁴, podemos observar, por meio de diversos dispositivos informacionais e comparativos, que a precariedade da vida da população de pessoas negras, do gênero feminino, indígenas, quilombolas e que se identificam como LGBTQI+ se intensificou e produziu mais contextos/situações de vulnerabilidades e sofrimentos psíquicos intensos. De acordo com Ochy Curiel (2020, p. 276), “La pandemia del Covid-19 ha venido a develar lo que ya sabíamos: una desigualdad social

⁴ Este artigo é datado de 1 ano e 3 meses após a OMS anunciar a pandemia da Covid-19 como emergência de saúde pública de importância internacional. Na data de 21 de junho de 2021, no Brasil temos 17.927.928 casos confirmados, 16.220.238 casos recuperados e 501.825 óbitos (BRASIL, 2021). É importante salientar que, por diversas variantes, muitos casos foram/são subnotificados.

impresionante con sus racismos, sexismos, heterosexismos y empobrecimiento. Devela además que la acumulación capitalista es un sistema de muerte”.

Como mencionado anteriormente, dentre as medidas de biossegurança para a proteção frente ao contágio do vírus está a condição de “isolamento social”, situação que tem promovido o favorecimento de práticas violentas, tanto aquelas ditas simbólicas quanto aquelas expressas, de fato, com marcas nos corpos. Em se tratando da vivência de pessoas LGBTQI+ que durante o período de isolamento social precisam conviver com membros da família, notamos que esse contexto favorece o surgimento de conflitos gerados pelo fato de pessoas LGBTQI+ “falarem demais” (se defenderem das agressões) ou “se calarem demais” (não ter como denunciá-las), o que promove um adoecimento subjetivo, que é acelerado pela ausência ou incipiente contato com redes de acolhimento, apoio e solidariedade.

No que se refere à hipossuficiência financeira, analisamos o crescente desemprego, resultante de um ineficiente planejamento governamental para auxiliar populações em vulnerabilidades em consonância com a ausência de políticas de empregabilidade para pessoas transvestigêneres⁵ (que, muitas vezes, tinham como única fonte de sustento e renda a prostituição na rua), ou, ainda, a dependência financeira (moradia, alimentação) que expõe jovens LGBTQI+ a uma relação adultocêntrica (dominação intrafamiliar) que naturaliza e normaliza as violências cometidas.

É por meio desse alinhamento de problematizações que buscamos costurar retalhos de paisagens psicossociais com conceitos referentes à necropolítica (MBEMBE, 2018), vida precária (BUTLER, 2019) e interseccionalidades (DAVIS, 2016, NOGUEIRA, 2017), tracejando caminhos pelo feminismo negro e latino-americano em leituras decoloniais para problematizar a produção de vidas precárias de pessoas LGBTQI+, problematização esta que se cruza com os estudos de

⁵ Temos tomado essa expressão “transvestigêneres” como uma junção estratégica política e conceitual entre travesti, transexual e transgênero, no sentido proposto pela transativista Indianare Siqueira do Rio de Janeiro.

raça, cor de pele, territorialidades, estruturação históricas de classes sociais em contexto da formação histórica brasileira.

Problematizaremos, portanto, algumas difrações e digressões acerca da sistematização de experiências LGBTQI+ em tempos de pandemia, principalmente daquelas pessoas que vivem em contextos de cidades interioranas, territórios onde as sexualidades, os gêneros e expressões dos corpos realizam embates com forças reativas bastante duras, particularmente no momento histórico de “pânico moral reacionário, conservador e negacionista” em que vivemos.

De acordo com Marco Aurélio Maximo Prado e Sonia Correa (2018), a cruzada antigênero e antiLGBTQI+ se juntou com as jornadas anticiência e negacionista (alimentadas por *fake news*), fragmentando ainda mais os direitos humanos e outras políticas públicas e, subsequentemente, fragilizando redes informais de solidariedade que compunham estratégias de resistência às condições adversas e específicas por quais passam a população LGBTQI+. Ainda, com a ameaça do fim do auxílio emergencial pelo governo federal, com variantes mais agressivas do vírus e a baixa cobertura vacinal, evidenciam-se políticas de *fazer e deixar* morrer.

Interseccionalizando vidas precárias e corpos dissidentes

As dominações, expropriações e opressões por qual sofrem e marcam socialmente os corpos dissidentes e abjetos só podem ser problematizados a partir da intersecção gênero, sexualidade, raça e classe social. O conceito de interseccionalidade como ferramenta de análise, cunhado por Kimberle Crenshaw (1989), tem seu conteúdo analítico mais bem tratado na obra de Angela Davis (2016). No entanto, é em Lélia Gonzalez (1984, p. 224), nos anos de 1980, que encontramos os princípios do conceito da interseccionalidade se remetendo ao contexto brasileiro e latino-americano, quando a autora afirma que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose

cultural brasileira [...] e sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra”.

Assim, para Gonzalez (1984), ao problematizarmos “racismo, sexismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos” estaríamos analisando a realidade da mulher negra em seu contexto de classe social e territorial. Com a autora, elevamos a análise das lutas de mulheres negras e indígenas contra o colonialismo, sendo a perspectiva decolonial uma ferramenta contra a subalternidade e violências geradas pela colonialidade e branquitude em suas mais diferentes formas de opressão, exploração, subordinação e dominação.

Judith Butler (2019, p. 53), de modo convergente e complementar com o posicionamento de Davis (2016), problematiza o conceito de vidas precárias para indagar quais vidas são consideradas dignas de serem visibilizadas e enlutadas e quais vidas são colocadas no lugar de abjeto, aquelas enquadradas como passíveis de ausência e não memoráveis, ou seja, “a condição compartilhada de precariedade conduz não ao reconhecimento recíproco, mas sim a uma exploração específica de populações-alvo, de vidas que não são exatamente vidas, que são consideradas ‘destrutíveis’ e ‘não passíveis de luto’”.

Mas quais “sujeitos são matáveis” (HARAWAY, 2011, p. 42)? Quais corpos construídos historicamente são desprestigiados e “merecedores” de extermínio? Essa questão tem sido estudada por diversos campos de conhecimento e tem mostrado como distorções culturais e interesses capitalísticos investem forças contra aqueles(as) que expressam singularidades, dissidências ou estilos de vidas pouco convencionais (se comparados com o modelo ajustado à normativa cis-heterossexista).

Em momentos de sofrimento compartilhado, até mesmo a rede social de solidariedade ou de apoio não inclui “os sujeitos matáveis”, pois, como diria Butler (2019), nem tudo que está incluído sob a rubrica da “vida precária” é selecionada para ser ajudada. Nesse sentido, observamos “famílias ou instituições caridosas” que

auxiliam outras famílias da mesma igreja, pessoas que se compadecem de vizinhos ou mesmo das “pobres criancinhas”, mas que, no entanto, mantêm o evitamento e a política de nenhum acolhimento para aquelas pessoas consideradas abjetas, as quais podemos citar: transvestigêneres, pessoas oriundas de religiões ditas pagãs ou negras, população de rua, indígenas, quilombolas, negros, entre outras minorias.

Pensando nessa rede social de solidariedade ou de ajuda, notamos, de acordo com Fabiano Saft (2020), que a cis-heteronormatividade é quem constrói a rede social de solidariedade e é ela também quem determina quem está *dentro* ou está *fora*. Devido a inúmeras experiências desastrosas, que causam mais dor ao invés de acolhimento, muitas pessoas da comunidade LGBTQI+ optam pela autossegregação ou isolamento.

LGBTQI+fobia em contexto da pandemia da Covid-19: estratégias necropolíticas

Grande parte das discussões sobre a vida sexual ocidental moderna discute, a partir das análises propostas por Michel Foucault (1988), a questão das sexualidades enquanto um potente dispositivo histórico de hierarquias e relação de poder-saber-prazer. Para o filósofo, a inserção do sexo extrapolava o ambiente íntimo e exercia uma função de regulação identitária, social e de governamentalidade. No entanto, tais estudos seriam o pontapé proponente para discussões mais acaloradas com a emergência dos estudos “*queer*” que insurge com a tentativa de desmantelar os estudos gays e lésbicos enquanto argumentações centralizadas nos mecanismos sociais relacionados à normalização e à lógica do binarismo hetero/homossexual, masculino/feminino e homem/mulher para a organização da vida social contemporânea.

Os estudos *queer*, desse modo, vêm para anunciar a derrocada das identidades sexuais fixadas para pensar os sujeitos “ex-cêntrico e raros, de modo não patologizante e sim enaltecendo as singularidades estranhas, uma vez que as vidas dissidentes das

hetero/homonormatividades importam para a construção de uma coletividade mais plural e mais afastada do binarismo sexo-gênero (LOURO, 2004). Foucault também teve um efeito importante na produção do conceito de necropolítica cunhado por Achille Mbembe (2018) ao analisar os conceitos de biopolítica e biopoder para problematizar as estratégias do poder de *quem deve viver e quem deve morrer* a partir do *status* político dos sujeitos.

No contexto pandêmico, podemos analisar como algumas populações foram desprovidas de condições mínimas de existência e de cuidado de si devido a um descompasso entre serviços e diminuição de medicamentos de algumas especificidades no Sistema Único de Saúde (SUS), corte do auxílio emergencial e discursos públicos de governantes que incitam políticas de ódio para com aqueles(as) que se posicionam contrários aos desmandos governamentais denunciando as arbitrariedades recorrentes, como é o caso das pessoas transvestigêneres, que podem ser assassinadas em uma simples saída à rua no país que é o líder mundial em assassinatos dessas pessoas (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Ainda em relação às estratégias da necropolítica, encontramos em Silvio Almeida (2018) e em Maria Eduarda Aguiar e Bruna G. Benevides (2018) que o racismo estrutural edifica a lógica histórica da formação social brasileira, condição que quando interseccionalizada com a questão da LGBTQI+fobia expõe como em solo brasileiro não encontramos a legitimidade em poder viver a vida de modo legítimo e sem medo.

Em tempo, também é importante salientar a questão das interseccionalidades e territorialidades, uma vez que territórios interioranos são localidades em que as cisnormatividades e pânico morais são extremamente mais duros com aquelas existências que se compõem fora do sistema sexo-gênero. Em cidades interioranas, o local de trabalho, muitas vezes, é no acostamento, em frente à pista da rodovia, expondo transvestigêneres a toda forma de violência.

Muito se costuma dizer sobre as representatividades e conquistas LGBTQI+ na contemporaneidade, mas pouco se fala sobre as cooptações na lógica do capital, como o *pink money*⁶ ou mesmo do *pinkwashing*⁷. Diante disso, indagamos: Onde habita grande parte da população LGBTQI+? A quais capturas por partidos neoliberais pessoas LGBTQI+ se encontram expostas? Quais LGBTQI+ privilegiados(as) não caminham juntos(as) na luta equitativa de classe com outros companheiros(as) LGBTQI+? Quem defende a pessoa LGBTQI+ em localidades em que as violências LGBTQI+fóbicas são mais evidenciadas?

Essa questão torna-se presente quando a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), por meio do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaids) e da MPact Global Action for Gay Men's Health and Rights, alertou para a preocupação de que, em alguns lugares do mundo, LGBTQI+ estavam sendo culpabilizados indevidamente de serem vetores da COVID-19, sinalizando como esses contextos eram favoráveis para impactar negativamente na saúde física e mental, na dignidade e na segurança desses sujeitos (UNAIDS, 2020), como, por exemplo, o agravamento de condições pré-existentes de saúde mental, comuns entre pessoas sob o efeito de LGBTQI+fobia: solidão, depressão, ansiedade e ideação suicida.

Outra pista interessante sobre os impactos da pandemia nas pessoas LGBTQI+ diz respeito a um questionário com 50 perguntas elaborado e difundido pelo #VoteLGBT (2020)⁸, que obteve, em média, a devolutiva de 10.000 pessoas. De acordo

⁶ Em tradução literal, quer dizer “dinheiro rosa”. Em síntese, significa uma estratégia de setores do mercado no capitalismo voltada para o consumo LGBTQI+.

⁷ Em tradução livre, significa “lavagem rosa”. É um termo com múltiplos significados originado ao criticar empresas que comercializam produtos com fita rosa (símbolo da luta contra o câncer de mama), mas que são as mesmas que fabricam ou vendem produtos considerados cancerígenos. Atualmente, o sentido tem se aplicado à articulação entre a lógica do mercado e o Estado de Israel voltado para o público LGBTQI+, respectivamente, para promoção comercial de marca *gay-friendly* (literalmente, simpaticante ou “acolhedora” de gay) para seu consumo e para mascarar o racismo antipalestino, o preconceito e a falta de políticas realmente inclusivas para LGBTQI+.

⁸ Coletivo fundado em 2014 que tem como foco aumentar a representatividade de LGBT+ em todos os espaços, principalmente na política. Realiza pesquisas durante as principais manifestações da comunidade LGBT+ para fornecer dados para que outras organizações possam usá-los na luta contra a LGBTfobia.

com os dados analisados, os três maiores impactos na vida das pessoas LGBTQI+ durante a pandemia foram, respectivamente, a piora da saúde mental (42%); o afastamento da rede de apoio e mudanças no convívio social (40%) e a falta de trabalho/renda (17%). Ainda, o relatório apresentou, por meio da análise de índice de vulnerabilidades, como pessoas transvestigêneres são as mais precarizadas, estando entre as pessoas mais atingidas pelo isolamento social e pela pandemia de COVID-19.

Embora nem toda a precariedade seja produzida por arranjos políticos e sociais (por exemplo, catástrofes, epidemias) (BUTLER, 2019), é evidente que a superação ou minimização destas condições precarizantes seja dever do Estado em empreender políticas públicas equitativas de enfrentamento das desigualdades em se produzir uma vida digna, principalmente, como nos lembra David Harvey (2020), sobre a crise global do capital e aprofundamento da precariedade mundial sem nenhuma estratégia de intervenção econômica e humanitária, sendo que a precariedade recai sobre as populações mais marginalizadas.

De acordo com a pesquisa *OutRight Action International*⁹ (OAI, 2020), a pandemia acarretou um aumento significativo dos tipos de ameaças que sofrem LGBTQI+, como insegurança alimentar, barreiras nos cuidados de saúde e acesso a medicamentos, aumento do desemprego, falta de moradia, diminuição no orçamento financeiro, desproteção social e diversos outros tipos de violência. Por meio dessa pesquisa destacamos o falso aspecto democrático do vírus, que supostamente ataca de modo igualitário, mas que insurge de maneiras diferentes nas populações de regiões latinas, africanas e asiáticas que apresentam deficiências nas condições de atendimento da população e são atravessadas por discursos governamentais nacionalistas

Para maiores informações, consultar o relatório, disponível em: <https://www.votelgbt.org/>. (VOTELGBT, 2020).

⁹ Organização internacional de direitos humanos, fundada em 1990, com status de agência consultiva junto à ONU. Tem como foco as pessoas que sofrem discriminação ou abuso com base na orientação sexual real ou percebida, identidade ou expressão de gênero, fortalecendo movimentos de direitos humanos LGBTQI+ em todo o mundo para conduzir juridicamente as violações de direitos humanos contra pessoas LGBTQI+.

xenofóbicos, junto com a exploração do sofrimento pelo capital, demonstrando a velocidade com a qual a desigualdade radical – incluídos aí o nacionalismo, a supremacia branca, a violência contra mulheres, transvestigêneres e tantos corpos dissidentes – “e a exploração capitalista encontram formas de reproduzir e fortalecer seus poderes no interior das zonas de pandemia. Isso não deve ser surpresa nenhuma” (BUTLER, 2020, n. p.).

De acordo com o *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), neste ano houve 175 assassinatos de transvestigêneres, apesar da subnotificação e da ausência de dados governamentais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Em todos os cenários analisados é perceptível a escalada da violência com requinte de crueldade, com aumentos significativos a cada bimestre. Além disso, o dossiê reforça que o capítulodescaso com a crise provocada pela COVID-19, que agravou os dispositivos de opressão já existentes, afetou de modo mais intenso a vida das mulheres transvestigêneres pretas e trabalhadoras sexuais. Esse segmento é o que representa a maioria dos casos de assassinato e está diretamente exposto a várias formas de violência e negação de direitos.

Esse processo se dá pela própria organização do trabalho de quase 90% da população transvestigêneres no Brasil, segundo a própria associação, sendo reforçado pela escassa atenção do poder público às trabalhadoras sexuais enquanto corpos organizativos na ótica do mercado de trabalho. Marco Duarte (2021, n. p.) ressalta isso sinalizando que há “a demora do poder público, a morosidade em não responder, a má vontade das autoridades em geral, uma certa naturalização da indiferença, do emperramento do aparelho público”.

Isso nos faz entender como a necropolítica é a soberania como direito de expor os inimigos internos, e aqui identificados como os corpos LGBTQI+, negros, pobres, de favelas e periferias. Portanto, a precariedade da vida cumpre um papel no Estado

ultraneoliberal capitalístico, na ótica do poder do soberano, na contemporaneidade, o genocídio dos ditos anormais, dos dissidentes, para que se deixe a Terra habitável somente para alguns.

Considerações finais

Neste capítulo, propusemos realizar uma análise crítica do contexto da pandemia de COVID-19 partindo do enfrentamento diário, das experiências relatadas por pessoas transvestigêneres trabalhadoras de sexo e pessoas LGBTQI+ que moram em contextos interioranos, por meio de estudos e acompanhando enfrentamentos de profissionais que trabalham com populações em contextos de privação de liberdade, em situação de rua, jovens em situações de violências, principalmente, no que tange à questão da violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, como apontado no relatório do Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (2020).

Em um panorama macropolítico, observamos que mesmo que a pandemia de COVID-19 tenha atingido, sobretudo, mais pessoas idosas, se compararmos a porcentagem de óbitos por faixa etária, não podemos deixar de realizar uma análise interseccional em que países neoliberais e que estão em uma transição para políticas ultraliberais – guiadas por um Estado de Bem-Estar Social de Necropolítica – esses números de mortes foram evidentemente mais absurdas, não somente com idosos(as), mas com toda a população, particularmente as que estão em situação de vulnerabilidades sociais.

No Brasil, observamos, no cenário político, um avanço da extrema direita e do crescente discurso de ódio contra minorias por meio das amplamente divulgadas *fake news*, negacionismo científico e teorias conspiratórias contra vacinas em meio a um

festival de ingerências administrativas e escândalos políticos que não desembocam em direcionamento de dinheiro público para o cuidado da população.

Em específico às *fake news*, vemos que informações distorcidas e mentirosas baseadas em discursos de ódio produzem vulnerabilidades que podem estar ligadas a: invasão de territórios indígenas e quilombolas; o aumento de morte de LGBTQI+ e excessivos ataques de ordem racista, misógino e classista; desmonte de políticas e serviços públicos de primeira ordem que deveriam ser reforçados durante esse período; e isolamento das localidades mais afastadas dos grandes centros brasileiros.

Em uma análise micropolítica, elencamos algumas dessas questões e demandas que nos levaram a essas análises do agravamento da condição de precariedade das populações minoritárias: a) aumento dos casos de violência e assassinatos; b) expulsão de casa e violência doméstica por LGBTQI+ jovens; c) ausência de rede familiar de apoio; d) ausência de abrigos para esse público LGBTQI+; e) aumento dos casos de ideação suicida, suicídios, depressão e ansiedade; f) perdas de emprego e maioria na informalidade, refletindo na falta de renda; g) interrupções e barreiras no acesso aos cuidados de saúde, incluindo medicamentos, exames e tratamentos hormonais, no caso do processo transexualizador, além da relutância em procurar atendimento de saúde por causa da discriminação e da estigmatização, ainda mais em contexto de pandemia.

Assim, entender a imbricação das relações sociais e dos processos de diferenciação que levaram e levam às desigualdades sociais estruturantes tem nos levados a investigar esses fenômenos, fazendo-nos, nessa trajetória, compreender e dialogar, de forma fraterna e ética, com as múltiplas e diversas reivindicações atuais pautadas pelos diferentes movimentos sociais, como LGBTQI+, feministas, antirracistas etc.

Portanto, nessa conjuntura de crises sanitária, política, econômica e ética, no contexto do Estado ultraneoliberal, com sua necropolítica, convertendo os diferentes em inimigos, a pandemia de COVID-19 expõe, na cena pública, o projeto de poder em

curso na sociedade brasileira, na medida em que o sistema de saúde não cuida de todos. Desta forma, a precariedade da vida é imposta, o que revela que há corpos passíveis de luto, mas outros nem tanto.

Há de insurgir, de forma coletiva, articulada e interseccional, nessa multidão de diferentes, alianças estratégicas que operem a emergência de descolonizar a vida, de desmercantilizar o sujeito e de afirmar a alteridade como elementos que estruturam um novo projeto ético-político-estética de sociedade, e esse momento é agora, enquanto (r)existimos em não deixar morrer.

Referências

- AGUIAR, M. E.; BENEVIDES, B. LGBTfobia estrutural: a violência e o assassinato consentido pelo não reconhecimento da cidadania da população LGBTI+. In: BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). **Dossiê sobre assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2018. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (Org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- BRASIL. *Painel coronavírus*. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.
- BUTLER, J. **O capitalismo tem seus limites**. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em: 4 dez. 2020.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 4 dez. 2020.
- CURIEL, O. Ochy Curiel e o feminismo decolonial. [Entrevista concedida a] Ana Paula Procópio da Silva, Magali da Silva Almeida e Renata Gonçalves. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, jul./dez., 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52020/34475>. Acesso em: 11 set. 2020.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUARTE, M. J. de O. Cansaço e esquecimento: a tática do Estado para não investigar os crimes de ódio contra as LGBT. [Entrevista concedida a] Marcelo Hailer. **Revista Fórum**, São Paulo, 18 jan. 2021.

- Disponível em:
<https://revistaforum.com.br/noticias/cansaco-e-esquecimento-a-tatica-do-estado-para-nao-investigar-os-crimes-de-odio-contra-as-lgbt/?fbclid=IwAR1AHCuG9vtJDyh5SjHv9U7yJ0Yz-7rk4wt9bOgAZBUNbVIC1RFFGD2ZqT4>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al.* Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, n. 2, 1984.
- HARVEY, D. **Política anticapitalista em tempos de coronavírus**. 24 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/24/david-harvey-politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 4 dez. 2020.
- HARAWAY, D. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 27-64, jan./jun. 2011.
- INSTITUTO INTERNACIONAL sobre raça, igualdade e direitos humanos. **Qual é a cor do invisível?** A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020.
- LOURO, G. L. **O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 Editora, 2018.
- NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Devires, 2017.
- ONU. **Relatório do desenvolvimento humano 2019**. Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. New York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019.
- OAI. **Vulnerability amplified: the impact of the Covid-19 pandemic on LGBTIQ people**. New York: OutRight Action International, 2020. Disponível em: https://outrightinternational.org/sites/default/files/COVIDsReportDesign_FINAL_LR_0.pdf. Acesso em: 7 dez. 2020.
- PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, dez., 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a03.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- SAFT, F. A relação da casa com a comunidade LGBTQIA+ no isolamento social. **Rural e Urbano**, Recife, v. 5, n. 2, out., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/246300/36967>. Acesso em: 3 dez. 2020.
- UNAIDS e MPact manifestam preocupação com relatos de abuso contra pessoas LGBTI em meio à pandemia. **Portal Geledés**, 6 maio 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/unaidse-mpact-manifestam-preocupacao-com-relatos-de-abuso-contra-pessoa-s-lgbti-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em: 3 dez. 2020.
- VOTELGBT. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia: desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de coronavírus**. Belo Horizonte: VOTELGBT, jun. 2020. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pan+demia_completo.pdf. Acesso em: 1 dez. 2020.

COVID-19 and the LGBTQI+ population: The impacts of necropolitics on dissident bodies

Abstract: The purpose of this article is to problematize the impacts and crossings of the new coronavirus pandemic on the experiences of LGBTQI+ people, based on the reference of the concepts of precarious life, necropolitics and intersectionality coined by decolonial authors.

Keywords: Pandemic, LGBTQI+, necropolitics, intersectionality

Recebido: 01/06/2021

Aceito: 20/12/2021